

# Índice Sistemático da Matéria

---

Preâmbulo à 3. <sup>a</sup> Edição .....	17
Preâmbulo à 2. <sup>a</sup> Edição .....	21
Preâmbulo .....	23
<b>PRIMEIRA PARTE — GENERALIDADES</b>	
<b>Capítulo I — O Juiz, o Exercício dos Seus Poderes e a Audiência.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo II — A Atuação do Advogado na Audiência.....</b>	<b>37</b>
<b>Capítulo III — O Ministério Público do Trabalho e a Audiência .....</b>	<b>42</b>
<b>Capítulo IV — A Representação das Partes na Audiência. O Preposto.....</b>	<b>44</b>
1. Considerações gerais.....	44
2. O preposto.....	55
2.1. A carta de preposto.....	57
3. O empregador doméstico.....	58
4. O grupo econômico .....	58
<b>Capítulo V — Audiência.....</b>	<b>60</b>
1. Etimologia .....	60
2. Conceito.....	60
3. Finalidade.....	63
4. Audiência e oralidade .....	64
4.1. Pelo predomínio da palavra oral.....	65
4.2. Pela imediatidade do juiz.....	65
4.3. Pela identidade física do magistrado.....	67
4.4. Pela concentração dos atos do procedimento .....	70
4.5. Pela irrecorribilidade (autônoma) das decisões interlocutórias .....	71
5. Prazo mínimo para a realização da audiência.....	73
6. Unidade da audiência .....	75
7. O fracionamento da audiência .....	77
8. Publicidade.....	79
9. Estrutura da audiência.....	80

10. A ata .....	81
11. A duração da audiência.....	85
12. A programação da duração da audiência .....	85
13. O atraso das partes no comparecimento à audiência.....	87
14. O atraso do juiz à audiência.....	90
15. O não comparecimento do autor à audiência una.....	92
16. O não comparecimento do réu à audiência una .....	94
17. O não comparecimento das partes à audiência una.....	98
18. O não comparecimento do autor à audiência inicial .....	99
19. O não comparecimento do réu à audiência inicial.....	101
20. O não comparecimento do advogado à audiência inicial.....	105
21. O não comparecimento de uma das partes à audiência em que deveria depor .....	106
22. O não comparecimento de ambas as partes à audiência em que deveriam depor...	108
23. O não comparecimento do advogado à audiência de instrução.....	109
24. O adiamento da audiência .....	111
24.1. A requerimento de uma das partes .....	111
24.1.1. Impossibilidade de comparecimento da parte .....	111
24.1.2. Ausência de testemunha.....	112
24.2. A requerimento de ambas as partes.....	114
24.3. Por iniciativa do juiz .....	115
25. A antecipação da audiência .....	116
26. Realização da audiência a portas fechadas .....	117
27. Realização da audiência fora dos horários previstos em lei .....	121
28. Realização da audiência em outro local .....	122
29. O poder de polícia do juiz.....	123
30. Sentença não proferida em audiência .....	126
31. Infrações penais praticadas, com maior frequência, nas audiências trabalhistas....	128
31.1. Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral .....	128
31.2. Dos Crimes Contra a Administração da Justiça.....	129
31.3. Outros crimes.....	130
31.3.1. Dos Crimes contra a Honra.....	130
31.3.2. Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho.....	131
31.3.3. Dos Crimes Contra a Fé Pública.....	131
31.3.4. Dos Crimes Contra o Patrimônio.....	132

## SEGUNDA PARTE — DINÂMICA DA AUDIÊNCIA

<b>Capítulo I — A Abertura .....</b>	<b>137</b>
<b>Capítulo II — O Pregão das Partes.....</b>	<b>138</b>

<b>Capítulo III — A Posição das Partes à Mesa</b> .....	141
<b>Capítulo IV — A Primeira Proposta de Conciliação</b> .....	144
<b>Capítulo V — A Resposta do Réu</b> .....	150
1. Introdução.....	150
2. Exceção.....	153
2.1. Etimologia e conceito .....	153
2.2. Classificação.....	159
2.3. Espécies de exceção .....	161
2.3.1. Exceção de Incompetência.....	162
2.3.1.1. Introdução .....	162
2.3.1.2. Prazo.....	164
2.3.1.3. Procedimento .....	165
2.3.1.3.1. Considerações gerais.....	165
2.3.1.3.2. O procedimento, em detalhes.....	169
2.3.1.3.3. Exceção e litisconsórcio.....	177
2.3.2. Exceção de suspeição .....	180
2.3.2.1. Introdução .....	180
2.3.2.2. Casuística .....	183
a) Amizade íntima ou inimizade (CPC, art. 145, inciso I).....	183
b) Presentes, conselhos e subministração de meios (CPC, art. 145, inciso II) .....	188
c) Credora ou devedora do juiz (CPC, art. 145, inciso III) .....	191
d) Interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes (CPC, art. 145, inciso IV) .....	193
e) Suspeição por motivo íntimo (CPC, art. 145, § 1.º) .....	195
2.3.2.3. Suspensão do processo.....	196
2.3.3. Exceção de impedimento .....	200
2.3.3.1. Comentário.....	200
2.3.3.2. Prazo.....	203
2.3.3.3. Casuística .....	205
a) Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.....	205
a.a.) Mandatário da parte .....	205
a.b.) Perito.....	207
a.c.) Membro do Ministério Público .....	207
a.d.) Testemunha.....	208

b) De que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão .....	208
c) Quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.....	211
d) quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive .....	213
d.a.) O juiz .....	213
d.b.) Cônjuge, companheiro ou parente.....	214
e) quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo .....	215
f) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.....	216
g) Em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços .....	217
2.3.4. O procedimento referente à suspeição e ao impedimento.....	218
2.3.4.1. No processo civil.....	218
2.3.4.2. No processo do trabalho .....	219
3. Contestação.....	221
3.1. Introdução.....	221
3.2. Etimologia e conceito .....	223
3.3. Escorço histórico.....	224
3.4. Finalidade e efeitos .....	225
3.5. Prazo e forma.....	226
3.6. Defesas direta e indireta.....	235
3.7. Exceção e contestação.....	236
3.8. Requisitos.....	236
3.9. Preliminares.....	240
3.9.1. Comentário .....	240
3.9.2. Casuística.....	242
a) Inexistência ou nulidade de citação.....	242
b) Incompetência absoluta e relativa .....	243
c) Incorreção do valor da causa.....	244
d) Inépcia da petição inicial.....	244
e) Perempção.....	246
f) Litispendência.....	247
g) Coisa julgada .....	248

h) Conexão ou continência.....	250
i) Incapacidade de parte, defeito de representação, falta de autorização ..	251
j) Convenção de arbitragem.....	254
k) Carência da ação.....	255
l) Falta de caução ou de outra prestação .....	260
3.10. Mérito.....	261
3.10.1. Princípio da eventualidade.....	261
3.10.2. Ônus da impugnação especificada .....	263
3.10.2.1. Exceções à regra .....	266
3.10.3. Alegações supervenientes.....	272
3.10.4. Técnica de elaboração.....	276
3.10.4.1. Comentário.....	276
3.10.5. Revelia.....	283
3.10.5.1. Origens históricas .....	283
a) Roma .....	283
b) Portugal .....	284
c) Brasil.....	285
3.10.5.2. Conceito .....	287
3.10.5.3. Efeitos .....	291
3.10.5.3.1. Quando não ocorrem os efeitos da revelia.....	300
a) Pluralidade de réus.....	300
b) Direitos indisponíveis.....	301
c) Instrumento indispensável.....	301
3.10.5.4. Prazos e produção de provas .....	304
3.10.5.4.1. Comentário .....	304
3.10.5.5. A sentença, na revelia .....	307
3.10.5.5.1. Comentário .....	307
3.10.5.6. Revelia e recurso .....	311
3.10.5.6.1. Comentário .....	311
4. Reconvenção .....	315
4.1. Escorço histórico.....	315
4.2. Conceito .....	316
4.3. Pressupostos.....	317
4.4. Prazo .....	323
4.5. Procedimento .....	324
a) Petição inicial .....	324
b) Instrução.....	328

5. Reconhecimento do direito do autor.....	329
5.1. Comentário.....	329
5.2. Momento.....	332
<b>Capítulo VI — A Fixação dos Pontos Sobre os Quais Incidirá a Prova .....</b>	<b>334</b>
<b>Capítulo VII — Conceito de Prova Judicial.....</b>	<b>336</b>
<b>Capítulo VIII — A Iniciativa Judicial da Prova .....</b>	<b>341</b>
<b>Capítulo IX — O Interrogatório dos Litigantes.....</b>	<b>343</b>
1. Interrogatório e depoimento.....	343
1.1. Interrogatório .....	343
1.2. Depoimento .....	344
1.3. Distinção entre ambos.....	344
1.4. A matéria na CLT.....	345
1.5. Quem deve ser interrogado. O preposto.....	347
1.6. Interrogatório do menor de dezoito anos.....	351
1.7. Interrogatório mediante intérprete.....	352
1.8. A proibição de desconto no salário .....	353
1.9. Técnica do interrogatório.....	355
a) A ordem do interrogatório. A inversão .....	355
b) Proibição de a parte que ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra	357
c) Perguntas. Reperguntas. Indeferimento .....	359
d) Os apartes.....	363
1.10. Recusa de depor.....	363
1.11. Fatos sobre os quais a parte não é obrigada a depor.....	365
a) Fatos criminosos ou torpes.....	365
b) Manutenção de sigilo .....	366
c) Desonra .....	367
d) Perigo de vida.....	367
1.12. O interrogatório nas ações de rito ordinário, <i>sui generis</i> .....	367
1.13. O interrogatório no procedimento sumariíssimo.....	368
<b>Capítulo X — Confissão .....</b>	<b>370</b>
1. Introdução.....	370
2. Confissão não é pena .....	371
3. Elementos da confissão.....	371
a) Elemento objetivo .....	372
b) Elemento subjetivo .....	372
c) Elemento intencional.....	373

4. Espécies de confissão .....	373
a) Judicial.....	373
b) Extrajudicial .....	374
5. O problema da ficta confessio no processo do trabalho (tese).....	375
6. Quem pode confessar .....	380
7. Efeitos da confissão .....	381
8. O princípio legal da indivisibilidade da confissão .....	382
9. Revogação da confissão .....	382
a) Erro .....	383
b) Dolo.....	384
c) Coação.....	384
<b>Capítulo XI — A Prova Documental .....</b>	<b>387</b>
1. Conceito. Conteúdo .....	387
2. Classificação.....	388
3. Formação e eficácia dos documentos públicos .....	389
4. Documento feito por oficial público incompetente.....	390
5. Documentos não originais: eficácia .....	390
6. Declarações constantes de documento particular .....	393
7. Autenticidade de documento particular .....	394
8. A data do documento particular .....	395
9. O autor do documento particular.....	395
10. As cartas e os demais registros domésticos.....	395
11. A nota escrita pelo credor em parte do documento.....	396
12. Telegrama, radiograma e outros meios de transmissão .....	397
13. Os livros comerciais e a escrituração contábil.....	397
14. Exibição de livros comerciais e de documentos do arquivo.....	398
15. As reproduções mecânicas.....	399
16. Cópias de documentos particulares.....	399
17. Documento contendo entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento .....	400
18. Cessaçã da fé quanto ao documento público ou particular .....	401
19. Cessaçã da fé quanto ao documento particular .....	401
20. O ônus da prova a respeito dos documentos.....	402
21. Requisição de documentos .....	403
22. Exibição de documento ou coisa.....	404
23. Arguição de falsidade documental .....	406
24. Documentos típicos das relações trabalhistas.....	408
25. Desentranhamento de documentos.....	412

<b>Capítulo XII — A Inquirição das Testemunhas.....</b>	<b>413</b>
1. Prova testemunhal.....	413
1.1. Considerações introdutórias .....	413
2. Conceito de testemunha.....	414
3. O problema da inverdade das declarações.....	418
4. Espécies de testemunhas .....	419
5. A obrigação de testemunhar .....	420
6. Pessoas que não podem depor como testemunha .....	421
a) Incapazes.....	421
a.a) Interdito por enfermidade ou deficiência mental.....	422
a.b) Enfermidade ou retardamento mental .....	423
a.c) Menores de dezesseis anos.....	423
a.d) Cegos ou surdos.....	423
b) Impedidos .....	424
b.a) O juiz.....	424
b.b) A parte .....	424
b.c) O cônjuge, o companheiro, ou parente.....	425
b.d) Outras causas .....	426
c) Suspeitos.....	426
c.a.) Inimizade com a parte ou amizade íntima .....	427
c.b.) Interesse no litígio .....	429
c.c.) O problema da testemunha que possui ação em face do réu.....	429
c.d.) O problema do preposto indicado como testemunha.....	431
7. Inquirição de pessoas impedidas ou suspeitas .....	432
8. Fatos sobre os quais a testemunha não é obrigada a depor .....	432
a) Graves danos.....	433
b) Manutenção de sigilo .....	434
9. Obrigações e direitos da testemunha.....	435
10. A produção da prova testemunhal no processo do trabalho.....	436
11. O funcionário da Vara arrolado como testemunha .....	441
12. Admissibilidade e inadmissibilidade da prova testemunhal .....	441
13. Inquirição antecipada .....	443
14. Inquirição mediante carta precatória .....	444
15. Limite legal do número de testemunhas. Ações individuais e plurais. A testemunha referida. A testemunha única.....	446
16. A técnica da inquirição. A ordem de inquirição e a separação das testemunhas.....	449
17. A qualificação. A contradita .....	450
18. O compromisso. A advertência .....	452



19. A formulação das perguntas. O indeferimento .....	454
20. A acareação .....	461
21. A gravação dos depoimentos das testemunhas .....	462
<b>Capítulo XIII — O Exame Pericial e o Depoimento do Perito .....</b>	<b>466</b>
1. Conceito de perícia e de perito .....	466
2. Perito e testemunha .....	467
3. Espécies de prova pericial .....	468
4. Classificação da prova pericial .....	468
5. Indeferimento da prova pericial .....	470
6. Requerimento de perícia .....	470
7. Providências judiciais .....	471
8. A questão da exigência de depósito parcial e prévio dos honorários periciais .....	474
9. A escusa e a recusa do perito e dos assistentes técnicos .....	476
10. Substituição do perito ou dos assistentes técnicos .....	477
11. Perícia mediante carta .....	478
12. O desempenho das funções de perito e de assistente .....	478
13. Perícia e atentado .....	479
14. A lavratura do laudo .....	480
15. Dilação do prazo para a entrega do laudo .....	480
16. Apresentação do laudo .....	481
17. O laudo e o princípio da persuasão racional .....	481
18. Nova perícia .....	483
19. Perícia relativa à falsidade ou autenticidade de documento, letra ou assinatura .....	484
20. A falsidade do laudo .....	485
21. Produção antecipada da prova pericial .....	486
22. Dispensa da prova pericial .....	486
23. Substituição da perícia .....	487
24. O depoimento do perito .....	487
<b>Capítulo XIV — A Inspeção Judicial .....</b>	<b>490</b>
1. Considerações preambulares .....	490
2. Conceito .....	490
3. Lugar da inspeção .....	492
4. O ato de inspeção .....	492
5. Inspeção cumulada com perícia .....	493
6. O auto de inspeção .....	494

<b>Capítulo XV — As Razões Finais</b> .....	495
<b>Capítulo XVI — A Segunda Proposta de Conciliação</b> .....	499
1. Nulidade por falta das propostas conciliatórias .....	500
<b>Capítulo XVII — O Julgamento</b> .....	502
<b>Capítulo XIII — Os Fatos Posteriores à Audiência</b> .....	504
<b>Capítulo XIX — A Audiência nos Dissídios Coletivos</b> .....	506
1. Considerações introdutórias.....	506
2. O requisito do comum acordo ( <i>sic</i> ) .....	506
2.1. Inconstitucionalidade do requisito .....	508
3. Dissídio coletivo jurídico e greve .....	513
3.1. Greve em atividade essencial.....	516
4. A audiência.....	519